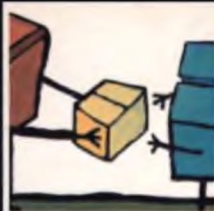


40
ano
UnB à frente



Lauro Morhy
organizador geral

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial



EDITORA

UnB

Ao completar suas primeiras quatro décadas de existência, a Universidade de Brasília (UnB) apresenta à sociedade *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, coletânea de artigos que pode ser definida como verdadeira imersão na realidade histórica, cultural, política e socioeconômica brasileira.

Esta obra é resultado dos debates desenvolvidos no âmbito do *Fórum Brasil em Questão*, rico e promissor diálogo orientado por um esforço de busca e superação de nossos desafios. Instalado em fevereiro de 2002, o *Fórum Brasil em Questão* trouxe, à UnB, durante cinco meses, 41 especialistas das mais diversas áreas para apresentarem e discutirem suas visões sobre temas estratégicos para o País

Brasil **em Questão**

**A Universidade e a
Eleição Presidencial**

Fernando Henrique Cardoso

Presidente da República

Paulo Renato Souza

Ministro da Educação

Francisco César de Sá Barreto

Secretário de Educação Superior

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Diretor

Lauro Morhy – Presidente

Antônio C. de Matos Paiva

Carlos Alberto Rodrigues da Cunha

Carolina Martuscelli Bori

Flávio Rabelo Versiani

Inocência Mártires Coelho

Gileno Fernandes Marcelino

Jacques Rocha Velloso

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: *Lauro Morhy*

Vice-Reitor: *Timothy Martin Mulholland*

Decano de Ensino de Graduação: *Michelangelo Giotto S. Trigueiro*

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação: *Noraí Romeu Rocco*

Decana de Extensão: *Dóris Santos de Faria*

Decano de Administração e Finanças: *Érico Paulo Siegmair Weidle*

Decana de Assuntos Comunitários: *Thérèse Hofmann Gatti*

Laboratório de Estudos do Futuro: *Henrique de Sousa Novaes*

Assessoria de Assuntos Internacionais: *José Flávio Sombra Saraiva*

Assessoria de Comunicação: *Rodrigo Caetano*



Brasil em Questão

A Universidade e a Eleição Presidencial

Organizador Geral

Lauro Morhy

Co-organizadores

Marcos Formiga

Regina Marques

Adler Andrade

Tânia Costa

Universidade de Brasília

Laboratório de Estudos do Futuro/Gabinete do Reitor

Editora Universidade de Brasília

2002

Equipe Editorial:

Prof.^a Dr.^a Wânia de Aragão-Costa (Preparação de Originais)

Bel.^a Carmem Galvão (Revisão)

Fernando Brandão e Franklin Cruz (Editoração Eletrônica)

Formatos Design Gráfico (Projeto Gráfico)

Formatos Design Gráfico (Capa e Aberturas sobre ilustrações de Richard Cook - *Getty Images*)

Copyright © 2002 by Editora Universidade de Brasília.

Impresso no Brasil.

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS Q. 02, Bloco C, N° 78

Ed. OK, 2° andar

70300-500 Brasília-DF

Tel: (0xx61) 226-6874

Fax: (0xx61) 225-5611

editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

B823 Brasil em questão: a universidade e a eleição presiden-
 cial / Lauro Morhy (organizador). – Brasília : Editora
 Universidade de Brasília, 2002.
 512p.

ISBN 85-230-0700-8

1. Política – Brasil. 2. Governo: estrutura: política.
3.

Cidadania. I. Morhy, Lauro.

CDU – 32(81)

Agradecimentos

O trabalho coletivo é, sempre, resultado dos esforços de ponderável número de pessoas que se comprometem por acreditarem no objetivo final proposto. Somos gratos a todos que contribuíram para o êxito do Fórum *Brasil em Questão*.

Em especial, nosso reconhecimento aos palestrantes que ousaram apresentar e discutir questões inquietantes dos nossos dias, e propor caminhos para o Brasil.

Nominalmente, agradecemos ao grupo consultivo do Fórum: Adler Andrade, Amado Cervo, Antônio José Escobar Brussi, Benício Viero Schmidt, Cristovam Buarque, Dércio Munhoz, Dóris Faria, Érico Paulo Siegmair Weidle, Flávio Rabelo Versiani, Henrique de Sousa Novaes, Jacques Velloso, José Flávio Sombra Saraiva, José Geraldo de Sousa Júnior, Lúcia Mercedes de Avelar, Marcel Burstyn, Marcos Formiga, Michelângelo Giotto S. Trigueiro, Noraí Romeu Rocco, Pedro Tauil, Regina Marques, Rodrigo Caetano, Sophia Wainer, Tânia Costa, Thérèse Hofmann Gatti, Timothy Martin Mulholland, Vamireh Chacon, Viviane Coutinho Sabino.

Expressamos nossa gratidão aos colaboradores da Universidade de Brasília que ofereceram relevante apoio, sem o qual não teria sido possível a realização do Fórum *Brasil em Questão* e a publicação deste livro – especialmente Decanato de Ensino de Graduação; Decanato de Extensão; Decanato de Assuntos Comunitários; Departamento de Música/IDA; Cerimonial; Prefeitura do Câmpus; Assessoria de Comunicação; Assessoria de Assuntos Internacionais;

Centro de Informática; Núcleo de Multimídia e Internet do Departamento de Engenharia Elétrica, CPCE, Gabinete do Reitor, Editora da Universidade. Também agradecemos aos músicos que se apresentaram no início dos debates e à Escola do Futuro da USP.

LAURO MORHY
REITOR DA UNB

Sumário

APRESENTAÇÃO

Lauro Morhy 11

ABERTURA DO FÓRUM

Lauro Morhy 15

29 de fevereiro BRASILIDADE

Roberto Freire 21

Artur da Távola 31

Aspásia Camargo 37

Vamireh Chacon 47

10 de março BRASIL NO MUNDO

Samuel Pinheiro Guimarães 53

Oliveiros Ferreira 63

Amado Cervo 75

20 de março POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Márcio Pochman 85

André Urani 97

Cristovam Buarque 107

3 de abril A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL

Yeda Crusius 119

Luiz Pinguelli Rosa 129

Décio Munhoz 139

10 de abril SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

Sergio Arouca 155

Marcos Helano Montenegro 167

Sebastião Viana 177

Pedro Tauil 185

17 de abril EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Roberto Vermulm 197

Sergio Rezende 207

João Batista de Oliveira 217

Lauro Morhy 231

24 de abril CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL
E VIOLÊNCIA

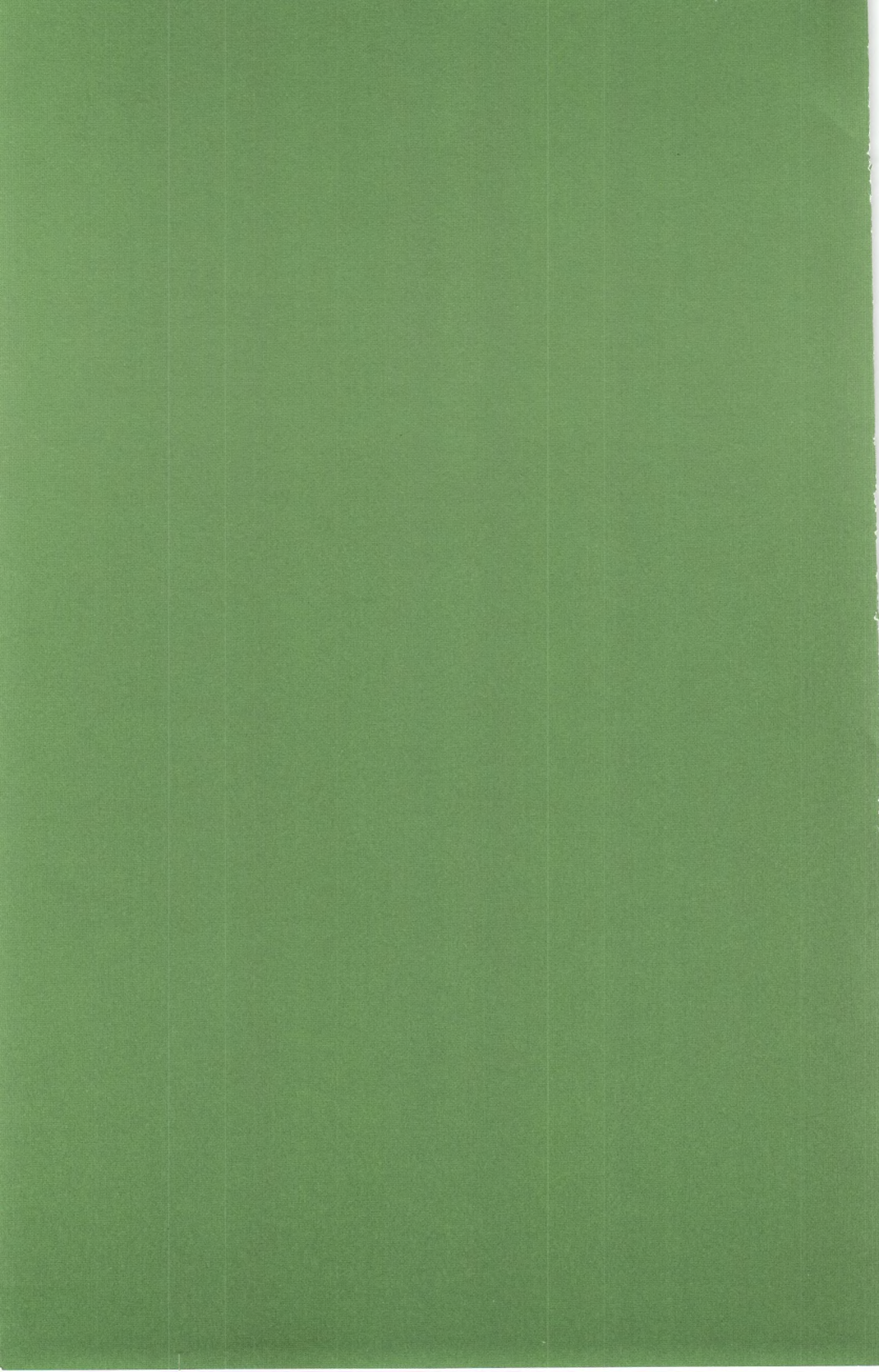
Guilherme de Almeida 239

Sueli Carneiro 245

Luiz Mott 253

Dóris Faria 261

5 de junho	A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA	
	Armando Mendes	275
	Maria Adélia de Souza	283
	Eduardo Suplicy	295
	Cristina Mac Dowell	307
	Marcos Formiga	321
19 de junho	MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA	
	Washington Novaes	351
	Marina Silva	361
	Edna Ramos Castro	371
	Marcel Burstyn	379
3 de julho	REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS	
	Ricardo Varsano	391
	Wilson Cano	405
	Vinícius Carvalho Pinheiro	433
	José Geraldo	447
17 de julho	A UNIVERSIDADE BRASILEIRA	
	Helgio Trindade	459
	Edson Franco	475
	Jacques Velloso	485
	Lauro Morhy	499



Reformas estruturais para o País

Ricardo Varsano

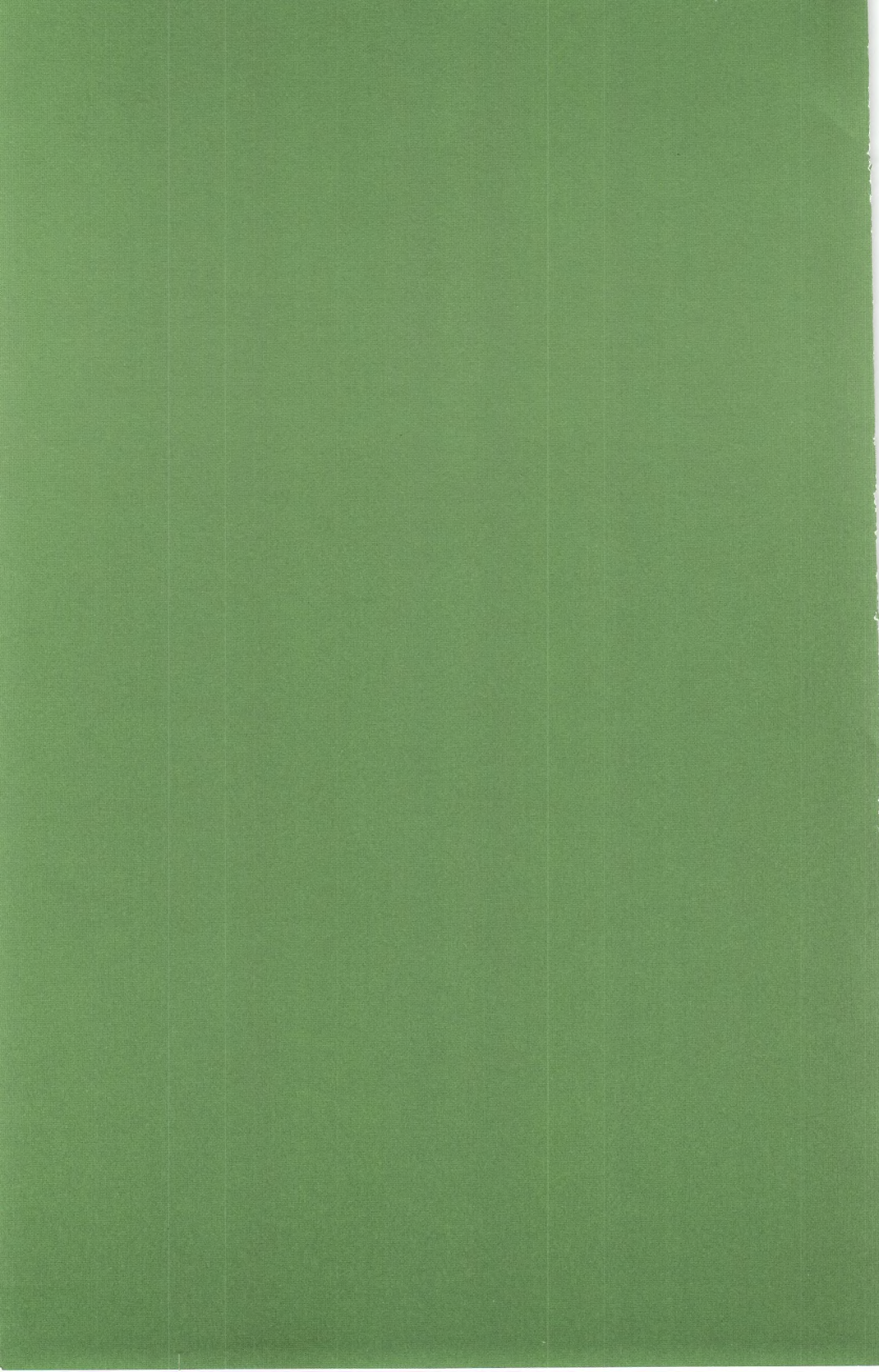
Wilson Cano

Vinícius Carvalho Pinheiro

José Geraldo de Sousa Júnior

3 de julho





O Social nas Reformas Estruturais para o País

José Geraldo de Sousa

A próxima eleição presidencial abre a oportunidade para colocar no debate político o tema das reformas estruturais para o País.

O tema requer muito cuidado em sua abordagem. De fato, não trata essa discussão tão-somente do problema da reforma do Estado que ganhou centralidade nos anos 1990, sob impulso de sua crise estrutural, considerando o desafio representado pela globalização, cujas repercussões, políticas e econômicas, conduziam a uma limitação da autonomia dos Estados nacionais, ensejando impasses entre tendências de redução do Estado ao mínimo, ou, ao contrário, de sua reconstrução para poder fazer frente às novas realidades do Mercado mundializado.

Basta ver, em ambiente europeu, impulsionado pela agenda dos requisitos de adesão à Unidade Européia, o rigor em estabelecer, exatamente, critérios políticos e econômicos, entretanto convergentes, para monitorar os progressos em reformas, cujo núcleo, no primeiro caso, estabeleceu ênfase na reforma do Judiciário e, no segundo caso, para alcançar economia de Mercado viável e capacidade de resistir à pressão da

José Geraldo de Sousa Júnior é Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB). Vice-Presidente da Comissão de Ensino Jurídico do Conselho Federal da OAB. Integra a Comissão de Direito do Exame Nacional de Cursos do Ministério da Educação. É Mestre em Direito e Estado pela UnB, onde ingressou como docente em 1985.

concorrência e aumentar competitividade.

O fato é que o debate não é só teórico, mas responde a imperativos de uma lógica que inscreve o tema da reforma do Estado numa dimensão muito mais ampla que é o da própria reforma estrutural do capitalismo em seu mais amplo sentido globalizante. E essa lógica imprimiu à onda reformista uma direção também global e hegemônica segundo um cronograma conduzido por organismos internacionais (Banco Mundial, FMI) que definiram, segundo interesses internacionais, o rumo e as etapas de reformas, cujo elemento econômico e o político suplantaram, em detrimento dos interesses nacionais, sua face social e humana.

Prevaleceu nesse processo, marcado por uma estratégia de privatizações das agências estatais de desenvolvimento e de ajuste de contas públicas, uma plataforma de enxugamento, em nome de uma pretensa eficiência de governo, das atividades estatais em áreas sociais e de gestão de direitos.

Nos últimos dez anos, de fato, viveu-se a ilusão, embalada pelo discurso neoliberal, reforçado pela visibilidade das mobilizações das elites econômicas globais, de que o obstáculo ao desenvolvimento e a prosperidade estava na excessiva presença do Estado na economia impedindo o livre movimento das forças produtivas dos setores privados no espaço do Mercado.

A força operante dessa orientação hegemônica abateu-se com impacto demolidor e com conseqüências cruéis exatamente sobre a infra-estrutura do sistema de proteção social erigida nas quadras antecedentes por esforços de superação das desigualdades mediadas pela ação equilibrada do Estado. Como lembra Rolf Kuntz (e José Eduardo Faria, *Qual o futuro dos direitos? Estado, mercado e justiça na reestruturação capitalista*, Max Limonad, São Paulo, 2002), “onde se tratava de normas legais para contratos e de segurança para o trabalhador, passou-se a ter flexibilização de

relações trabalhistas. Onde se lia rede social de proteção, passou-se a ver privatização da previdência e das demais instituições do bem-estar coletivo. Onde se via um setor público empenhado em ativar a economia, sustentar o emprego e difundir a prosperidade, passou-se a encontrar o governo comprometido com o equilíbrio orçamentário a qualquer custo. Onde se encontrava a idéia da justiça pela ação fiscal, passou-se a notar a rejeição do imposto progressivo e o corte dos gastos sociais”.

No Brasil, lembra o mesmo autor, as políticas de minimalização do Estado, com a transferência de funções para o Mercado, converteu-se em pauta de campanha eleitoral vitoriosa e programa de governo em sucessão contínua, apoiada, naturalmente, por amplos setores empresariais e com o suporte falaz de exponencial segmento de formadores de opinião. A virada privatizante veio em avalanche. A sua forma mais ostensiva foi a venda de estatais para empresas tanto nacionais quanto estrangeiras; enquanto a sua forma mais perversa foi a paulatina ocupação de espaços por grupos privados mercantilizando os serviços previdenciários, de saúde e de educação.

E essa foi a tradução dramática, no plano efetivo, de um processo que, em suas intenções teóricas, se alimentou visionariamente de uma retórica modernizante contida nos pressupostos do projeto do Conselho da Reforma do Estado e do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. À interpelação construtivista da dinâmica das transformações possíveis do Estado e Sociedade (L. C. Bresser Pereira, Jorge Wilhelm e Lourdes Sola, orgs., *Sociedade e Estado em Transformação*, Editora Unesp, Enap, Imprensa Oficial, São Paulo/Brasília, 2001 (“Como sobreviverá o Estado diante das ameaças representadas pelo neoliberalismo? E como poderá ele tornar a ser parte de um pacto voltado para o desenvolvimento?

Será preciso para isto uma reinvenção solidária e participativa do Estado, ou poderemos continuar a avançar no sentido do individualismo e da exclusão? Quem são os atores da mudança? As elites? Uma sociedade civil entendida de forma ampla, ou uma sociedade civil reduzida ao Terceiro Setor? E o que é necessário defender? Se o século XX foi o século da tecnologia e da violência, foi também o da democracia: logo, como avançar na afirmação dos direitos de cidadania? Além de defender o cidadão contra um Estado poderoso, afirmando os direitos civis especialmente dos pobres e das minorias, não estará na hora de defender o Estado contra a sua captura por interesses particulares, ou seja, afirmar o direito republicado que cada cidadão tem de que a *res publica* seja utilizada de forma pública? E, nesse processo, não será necessário retomar a luta pelos direitos sociais, que foram enfraquecidos pela crise do Estado e pelo avanço do credo neoliberal?") adveio uma política desestruturante e desfuncional das instituições, canibalizando as resistências e as aspirações sociais em contradição com ela.

As importantes reformas estruturais do País – reforma agrária, reforma tributária, reforma do judiciário, reforma eleitoral, reforma da universidade, reforma da saúde, reforma da previdência – não podem perder de vista a dimensão ética de uma alternativa solidária, como estão a indicar as proposições do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, essa formidável articulação em rede de solidariedade propugnando por uma globalização alternativa.

Elas devem-se orientar, na escala impulsionada pelo “*despertar das forças cidadãs e sociais*”, para aludir ao movimento percebido da perspectiva de um “*outro Davos*” (François Houtart e François Polet, coord., *O Outro Davos. Mundialização de resistências e de lutas*, Cortez, São Paulo, 2002): “Em um mundo onde a lógica de um capital desenfreado orienta o futuro da humanidade,

seguindo suas próprias prioridades, que são articuladas em torno da idéia de lucro máximo em curto prazo, os indivíduos e os povos são subordinados às exigências de alguns grandes operadores mundiais (*global payers*). O cidadão é negligenciado e até mesmo extorquido por uma classe política que cedeu uma parte considerável de soberania a um mercado cada vez mais livre, cada vez mais alienante, enquanto o consumidor bem cuidado curva-se ao seu bem-estar pessoal. Enquanto a concorrência impiedosa entre companhias, países, cidades e trabalhadores gera exclusão e precariedade para massas e cada vez mais um despertar de forças cidadãs e sociais parece perfilar-se no hemisfério Norte, assim como no Sul. Sua escala é a mesma do mundo, sua ambição é a coesão global das lutas e seus valores são a justiça, a solidariedade e a participação”.

Trata-se aí de rejeitar a lógica de exclusão da globalização impulsionada por critérios exclusivamente políticos e econômicos que levam ao sacrifício da experiência democrática e conseqüentemente à precarização alienante da própria vida e à flexibilização do trabalho, retirando-lhe o estatuto de produto e produtor dos direitos e da cidadania com a perda do humano inscrito no caráter dos investimentos competitivos de um capital sem fronteiras e sem limites.

Com efeito, não há como deixar de dar-se conta dos impactos da pós-modernidade e dos efeitos da globalização sobre o trabalho, retirando-o de seu contexto social de centralidade. Centralidade, de resto, fruto da combinação de elementos, econômicos, sociais, políticos, culturais e do protagonismo histórico dos trabalhadores e de suas lutas sociais ao longo do século XIX e da primeira metade do século XX, a partir do que realizou-se a experiência de construção dos direitos e da cidadania. Agora, “flexibilizado”, para usar a linguagem

neoliberal, o trabalho, como diz Boaventura de Sousa Santos (*Reinventar a democracia*, Cadernos Democráticos 4, Fundação Mário Soares, Gradiva, Lisboa, 1998), “*apesar de dominar cada vez mais os valores das pessoas, está a desaparecer das referências éticas que sustentam a autonomia e a auto-estima dos sujeitos*” Nesse contexto crescente de globalização de mercados, “*que permite criar riqueza sem criar empregos, a erosão conseqüente dos direitos combinada com o aumento do desemprego estrutural, leva os trabalhadores à perda de seu estatuto de cidadania*”.

É para esta nota social que o debate que a UnB vem proporcionando procurou estar atento, no sentido de recuperar a dimensão ético-social das reformas estruturais para o País, ou seja, de procurar inserir, como proposições transformadoras das instituições, na sociedade e no Estado, valores que organizem os princípios de cooperação, solidariedade e participação, por meio dos quais aquela lógica excludente e alienante, que se sustenta no primado da acumulação, se oponha, como prioridade, à disposição democrática que se sustenta no primado de equitativa distribuição.

Não espanta, pois, que se insiram nesse debate noções como liberdade, como condição de desenvolvimento humano e como padrão crítico que permite ponderar modelos em confronto. É o que faz, por exemplo, o economista indiano Amartya Sen, com a preocupação de resgatar o pressuposto da justiça para designar o sentido ético do desenvolvimento humano: (*Desenvolvimento como liberdade*, Companhia das Letras, São Paulo, 2000) “o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade... a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso à água

tratada ou saneamento básico”.

Um tema recorrente no debate das reformas estruturais tem sido o relativo às mudanças em curso para o Judiciário brasileiro. Num livro do qual fui um dos organizadores (*Ética, justiça e direito. Reflexões sobre a reforma do judiciário*, Pe. José Ernnanne Pinheiro, José Geraldo de Sousa Junior, Melillo Dinis e Plínio de Arruda Sampaio, orgs., Editora Vozes/CNBB, Petrópolis, 2ª edição, 1996) cuidou-se de enfrentar, exatamente essa questão, vale dizer, a de que o Direito e o sistema judiciário têm também de guardar referência ético-democrática no processo de transformação paradigmática que envolve as instituições sociais e os sistemas de poderes num contexto de globalização.

Nesse contexto, efetivamente, os tribunais estão no epicentro do núcleo de diretrizes políticas que balizam o processo de reformas e, para além das expectativas autônomas que orientam os seus programas de refuncionalização democrática, respondem a interpelações nítidas de um monitoramento internacional cujos interesses assumem contornos já conhecidos. Lembra Boaventura de Sousa Santos (*Os tribunais nas sociedades contemporâneas*, Edições Afrontamento, Porto, 1996; “Os tribunais e a globalização”, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 09.11.1996) que “esses objetivos globais são muito simplesmente a criação de um sistema jurídico e judicial adequado à nova economia mundial de raiz neoliberal, um quadro legal e judicial que favoreça o comércio, o investimento e o sistema financeiro”.

Agora que se defronta com o desatino de um processo que teve a força avassaladora de um dilúvio e já se fala em “*reviravolta ideológica*” (Janaína Leite, “A mão visível do estado. Enquanto os EUA reforçam o controle sobre o mercado, europeus já falam em reestatização”, *Istoé Dinheiro*, Revista Semanal de Negócios, Economia, Finanças & E-Commerce, 10 de julho/2002, nº 254),

“*depois de vários escândalos*”, com apelo a que “os governos sejam chamados a assumir os prejuízos”, mais que nunca é preciso não perder de vista a dimensão social desse processo, para não permanecer o método de reforma enredado na lógica de fortalecimento do mercado insensível às expectativas de realização dos valores éticos da cidadania.

“O que está em causa – lembra ainda Boaventura de Sousa Santos – é a reconstrução da capacidade reguladora do Estado pós-ajustamento estrutural. Uma capacidade reguladora que se afirma pela capacidade do Estado para arbitrar, por meio dos tribunais, os conflitos entre os agentes econômicos”.

Procurando responder à questão “*que Judiciário na Democracia?*” (Jornal do Sindjus-DF, órgão informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF, ano XI, nº 8, outubro/2001), salientei ser esta, sem dúvida, a questão candente, em nosso País, hoje, quando se coloca em causa o problema de sua democratização e se identifica no Judiciário a recalcitrância que é social e teórica para a realização de mudanças sociais, conferindo à regulamentação jurídica das novas instituições o seu máximo potencial de realização das promessas políticas e constitucionais de reinvenção democrática e solidária.

Por isso lembra, ainda Boaventura de Sousa Santos, a resistência justa dos magistrados contra uma reforma tecnocrática do sistema judicial exclusivamente orientada para as necessidades da economia mercantil, para advertir: “O sistema judicial precisa ser radicalmente reformado para responder às aspirações democráticas dos cidadãos cada vez mais sujeitos ao abuso de poder por parte do Estado e por parte de agentes econômicos muito poderosos. Se essa reforma política e democrática não tiver lugar, o vazio que a sua ausência produzirá será certamente

preenchido por uma reforma tecnocrática virada para servir preferencialmente os interesses da economia global”.

Trata-se, portanto, de fazer coro à melhor direção de expectativas que decorrem das condições de redescoberta democrática das relações de sociabilidade, na perspectiva de um novo horizonte de sentido para a globalização, inserindo-a na luta articulada não apenas por reformas institucionais, senão por reformas que sejam mediadas pelo eixo dos direitos e, mais propriamente, pelo eixo dos direitos humanos.

Impressão e Acabamento:



SIA TRECHO 3 LOTE N° 1760

Fone: (0xx61) 362-0008 / Fax: (61) 362-7476

e-mail: quick@gns.com.br

contemporâneo.

As discussões ali realizadas certamente não esgotaram a complexidade dos temas. Contudo, como lembra o reitor Lauro Morhy, *Brasil em Questão* “é um meio e, não, um fim. É um bom começo para despertar outras consciências, mentes e corações, pensando e pulsando Brasil”. É desse debate que o leitor é convidado a participar.

Com a publicação, em 2002, de *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, a UnB cumpre, mais uma vez, seu compromisso histórico de contribuir para a reflexão sobre as alternativas e projetos para o nosso País.

BRASILIDADE • Roberto Freire • Artur da Távola • Aspásia Camargo • Vamireh Chacon • **BRASIL NO MUNDO** • Samuel Pinheiro Guimarães • Oliveiros Ferreira • Amado Cervo • **POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA** • Márcio Pochman • André Urani • Cristovam Buarque • **A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL** • Yeda Crusius • Luiz Pinguelli Rosa • Dércio Munhoz • **SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO** • Sergio Arouca • Marcos Helano Montenegro • Sebastião Viana • Pedro Tauil • **EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA** • Roberto Vermulm • Sergio Rezende • João Batista de Oliveira • Lauro Morhy • **CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA** • Guilherme de Almeida • Sueli Carneiro • Luiz Mott • Dóris Faria • **A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA** • Armando Mendes • Maria Adélia de Souza • Eduardo Suplicy • Cristina Mac Dowell • Marcos Formiga • **MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA** • Washington Novaes • Marina Silva • Edna Ramos Castro • Marcel Burstyn • **REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS** • Ricardo Varsano • Wilson Cano • Vinícius Carvalho Pinheiro • José Geraldo de Sousa Júnior • **A UNIVERSIDADE BRASILEIRA** • Helgio Trindade • Édson Franco • Jacques Velloso • Lauro Morhy